

URBIA CATARATAS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

URBIA CATARATAS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Urbia Cataratas S.A.
Foz do Iguaçu - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Urbia Cataratas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita com prestação de serviço e revenda de mercadoria

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.15, a Companhia reconhece as receitas com prestação de serviços ao longo do tempo em que o serviço é prestado, enquanto a receita com revenda de mercadoria é reconhecida quando a venda se encerra mediante a entrega do produto ao cliente. Esse reconhecimento leva em consideração fatores que dependem de um ambiente tecnológico e de uma estrutura de controles internos adequados para suportar o volume de transações, incluindo a retenção do pedido do cliente, o recebimento antecipado ou emissão da fatura, monitoramento da prestação do serviço ao longo do tempo (queima do ingresso), e o controle do momento da entrega do produto no caso da revenda de mercadorias.

Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria tendo em vista o volume significativo de transações e a magnitude dos valores envolvidos, bem como os potenciais riscos envolvidos com relação à competência do reconhecimento, nos levou a identificar esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 06 de março de 2024, sem ressalvas.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do ambiente de controle interno no que tange ao processo de reconhecimento de receita adotado pela Companhia; (b) teste documental, em base amostral, sobre as receitas com prestação de serviço e revenda de mercadorias; e (c) avaliação da divulgação das informações nas notas explicativas.

Com base nas evidências obtidas, determinamos que as estimativas utilizadas para reconhecimento da receita estão adequadas, assim como as suas respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	282.485	77.016
Contas a receber de clientes	5	17.069	15.459
Estoques	6	3.894	3.742
Adiantamento a terceiros	7	60.201	37
Adiantamento de dividendos		-	2.982
Tributos a recuperar		-	1.991
Imposto de renda e contribuição social diferido		466	209
Despesas antecipadas e outros		269	299
Partes Relacionadas	16	1.059	-
Total do ativo circulante		365.443	101.735
Intangível	8	408.444	398.316
Total do ativo não circulante		408.444	398.316
Total do ativo		773.887	500.051

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

URBIA CATARATAS S.A.



Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	23.912	373.765
Fornecedores	9	6.131	5.293
Obrigações sociais a recolher	12	7.116	4.917
Tributos a recolher	11	9.860	18.064
Adiantamentos de clientes	14	3.319	2.601
Outras Contas a Pagar	15	27.387	13.787
Circulante - Passivo		77.725	418.427
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	560.126	-
Adiantamentos de clientes	14	39.450	41.250
		599.576	41.250
Total do passivo		677.301	459.677
Capital social	13	61.978	39.478
Reservas	13	34.608	896
Total do patrimônio líquido		96.586	40.374
Total do passivo e patrimônio líquido		773.887	500.051

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Receita líquida	17	233.441	192.596
Custo das vendas	18	(94.674)	(96.542)
Lucro bruto		138.767	96.054
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(30.283)	(19.055)
Resultado operacional		108.484	76.999
Despesas financeiras	19	(64.109)	(60.498)
Receitas financeiras	19	16.542	8.489
Despesas financeiras, líquidas		(47.567)	(52.009)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		60.917	24.990
Imposto de Renda e Contribuição Social	20	(21.870)	(7.827)
Lucro líquido do período		39.047	17.163

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Lucro líquido do exercício	39.047	17.163
Total dos resultados abrangentes do exercício	39.047	17.163

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercício de 31 de dezembro de 2024 e exercício de 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social Subscrito	Reserva de Lucro		Lucros Acumulados	Total do patrimônio líquido
			Legal	Investimento		
Saldos em 31 de dezembro de 2022		39.478	155	2.064	-	41.697
Lucro líquido do período		-	-	-	17.163	17.163
Constituição de reserva legal		-	741	-	(741)	-
Estorno dos dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	885	885
Dividendos pagos		-	-	(2.064)	(14.954)	(17.018)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	(2.353)	(2.353)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		39.478	896	-	-	40.374
Capital social	13 a)	22.500	-	-	-	22.500
Lucro líquido do período		-	-	-	39.047	39.047
Dividendos pagos	13 c)	-	-	-	(2.982)	(2.982)
Juros sobre capital próprio	13 c)	-	-	-	(2.353)	(2.353)
Constituição de reserva legal	13 b)	-	1.952	-	(1.952)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		61.978	2.848	-	31.760	96.586

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício de 31 de dezembro de 2024 e exercício de 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	60.917	24.990
Ajustes		
Amortização	1.675	14.124
Alienação de ativos intangíveis	-	4
Juros sobre as debêntures	64.422	59.138
Juros sobre Leasing	7	
Provisão para encargos acessórios a pagar	13.600	12.705
Apropriação de Receita	(1.800)	(1.800)
Impostos provisionados e não pagos	-	7.075
	<u>1138.821</u>	<u>116.236</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(1.610)	(2.523)
Estoques	(152)	(54)
Tributos a recuperar	1.991	(1.680)
Adiantamento a terceiros	(164)	(36)
Despesa antecipada	30	(159)
Fornecedores	838	(2.030)
Obrigações sociais a recolher	2.199	4.876
Tributos a recolher	(30.331)	2.228
Adiantamento de clientes	718	244
Caixa proveniente das operações	<u>112.340</u>	<u>117.102</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>112.340</u>	<u>117.102</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adiantamento consórcio construtor	(60.000)	-
Adição em ativos intangíveis	(11.803)	(7.309)
Partes relacionadas	(1.059)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(72.862)</u>	<u>(7.309)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Distribuição de Dividendos		(20.000)
Captação de debêntures	546.262	-
Captação de leasing	84	-
Juros sobre o capital próprio	(2.353)	(2.353)
Juros pagos	(50.470)	(59.140)
Empréstimos e Financiamentos, amortização	(350.032)	-
Aumento de capital	22.500	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	<u>165.991</u>	<u>(81.493)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>205.469</u>	<u>28.300</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	77.016	48.716
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	282.485	77.016
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>205.469</u>	<u>28.300</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

1. Informações gerais

Contexto operacional

A Urbia Cataratas S.A. foi constituída em 1º de julho de 2022, suas operações consistirão na operacionalização de serviços turísticos no Parque Nacional do Iguaçu referentes ao contrato de concessão nº 001/2022 do Ministério do Meio Ambiente e Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio), conforme edital de concorrência nº 03/2021 com licitação realizada no dia 22 de março de 2022. O início da operação da mesma ocorreu em 1 de dezembro de 2022, momento no qual o benefício econômico da outorga paga começou a fluir para a Companhia.

A concessão está firmada no contrato de concessão descrito abaixo:

- Contrato de concessão N° 001/2022 - Concede a prestação dos serviços de apoio a visitação, revitalização, modernização, operação e manutenção dos serviços turísticos no Parque Nacional do Iguaçu, incluindo apoio à conservação, proteção e gestão do parque pelo período de 30 anos a contar do momento do início da operação, sendo sua data de assinatura em 18 de julho de 2022.

Continuidade operacional

Dando sequência à estratégia original da companhia e ao processo de adequação do perfil e volume de endividamento, em junho de 2024 a Administração assinou o Instrumento Particular de Escritura da 2º (segunda) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações no valor de R\$ 580.000 (quinhentos e oitenta milhões de reais) (i) para quitação da 1ª emissão vencidas em julho de 2024; (ii) saldo destinado para início do cumprimento dos investimentos mínimos obrigatórios previstos em contrato de concessão.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 28 de fevereiro de 2025.

2. Resumo das políticas contábeis materiais

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e ativos mantidos para venda, mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, respectivamente.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico que a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

2.3. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando: (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.4. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) No mercado principal para o ativo ou passivo; (ii) Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização no fim de cada período de divulgação.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado, dependendo de sua classificação.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para os custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, equivalente ao IFRS 9.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados, pela Companhia, em duas categorias: (i) Ativos financeiros ao custo amortizado; (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos, nem contabilidade de "hedge".

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) deixa de ser reconhecido quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, ou (ii) a Companhia transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e houve a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou não houve a transferência nem retenção substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, mas ocorreu a transferência do controle do ativo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiram o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia e esperam receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados, pela Companhia, em duas categorias: Passivos financeiros ao custo amortizado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação deixa de ser reconhecida no passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.7. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, cujo valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender.

Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização, esta é imediatamente reconhecida no resultado.

2.8. Contratos de concessão de serviços - direito de exploração de infraestrutura

A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura e para a prestação dos serviços públicos em nome da concedente, nas condições previstas no contrato.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com prazo de concessão e proporcionalmente à demanda operacional constatada e projetada da concessão.

2.9. Intangível

Os itens do intangível são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação/amortização e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, incluindo custos de financiamentos para projetos em construção de longo prazo, caso os critérios para reconhecimento sejam atendidos.

A Companhia inclui no valor contábil de um item do intangível o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos.

Os intangíveis relacionadas as concessões são amortizados pelo prazo de cada contrato de licitação no período de 30 anos ou conforme vida útil do bem.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de amortização dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado.

As melhorias e investimentos não reversíveis e não destinados a prestação de serviço de concessão, são registrados como ativos intangíveis, inclusive os custos de empréstimos captados pela Companhia para financiamento de obras e de longo prazo. Sua amortização é registrada no resultado conforme período do contrato de concessão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

2.10. Provisões para perdas por redução do valor recuperável em ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, exceto estoques, impostos diferidos e os ativos avaliados a valor justo são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável, o valor contábil do ativo (ou a unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) será testado. A perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo (ou de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso comparado com o valor contábil residual. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sido reduzidos ao valor recuperável, com exceção do ágio, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *redução ao valor recuperável* na data do balanço.

2.11. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões, quando houver, serão constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

2.12. Tributação

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas alíquotas básicas a seguir:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas Lucro real
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2% a 5%
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	ICMS	3,2% a 19,5%

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade de PIS/COFINS são apresentados na linha de impostos e contribuições sobre vendas e serviços na demonstração do resultado.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é calculado com base no lucro tributável pela alíquota de 25% e a contribuição social pela alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência.

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido. O imposto de renda é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis, de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro ou créditos fiscais não utilizados anteriormente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base em alíquotas de imposto e leis fiscais em vigor, ou substancialmente promulgadas, na data-base das demonstrações contábeis.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é registrada quando o valor contábil não pode ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

2.13. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição, pela administração, do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.14. Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.15. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

a) Venda de produto

As vendas dos produtos são reconhecidas quando a Companhia vende um produto para o cliente, que assume o controle do produto na mesma data em que a transação ocorre. As vendas são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão, de crédito ou débito. A companhia não realiza transações por meio de cheque, e adicionalmente também não possuem uma estrutura que possibilite a utilização do PIX como forma de pagamento, visto que, a modalidade ainda está em fase de implementação do entendimento de como viabilizar o procedimento.

b) Venda de serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida na medida em que os serviços de apoio à visitação são executados na exploração das áreas do centro de visitantes, terminal de passageiros, trilhas, entre outros serviços de apoio à visitação.

Sobre o total de receitas brutas mensais, a Companhia destina ao poder concedente parte de suas receitas (Macrotema).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

2.16.Custo de empréstimos

Os saldos dos empréstimos são inicialmente reconhecidos pelos valores contratuais, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, os valores passam a ser amortizados conforme cronograma de pagamentos, em linha com as cláusulas previstas em seus respectivos contratos.

2.17.Receitas e despesas financeiras

Receita financeira compreende juros recebidos ou a receber sobre aplicações financeiras, atualizações monetárias. Receitas de juros são reconhecidas pelo período de competência a não ser que o recebimento seja duvidoso.

Despesas financeiras compreendem juros a pagar sobre empréstimos calculados com base na taxa de juros efetiva, perdas com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, perdas por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros disponíveis para venda, assim como qualquer perda financeira. Todos os juros e custos incorridos relacionados a um empréstimo ou uma transação financeira são reconhecidos, conforme incorridos, como despesas financeiras, exceto quando capitalizados.

2.18.Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o *covenant* existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis.

a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback* (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e *leaseback*, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis.

2.18.1 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

- a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2): exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48: podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: a nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;
- d) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

3. Estimativas, julgamentos e premissas contábeis significativos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa	908	1.224
Aplicações financeiras - Certificados de Depósitos Bancário (CDBs)	<u>281.577</u>	<u>75.792</u>
	<u><u>282.485</u></u>	<u><u>77.016</u></u>

As aplicações financeiras são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, sem qualquer penalidade, sem prejuízo da receita reconhecida ou risco de variação significativa no seu valor, que são remuneradas entre 90% e 103% do CDI de mercado em 31 de dezembro de 2024 (102% e 103% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

5. Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Operadoras de cartão de crédito e débito	13.950	12.986
Operadoras de turismo	3.119	1.806
Outros clientes pessoas jurídicas e sites parceiros de e-commerce	-	667
	<u>17.069</u>	<u>15.459</u>

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Aging		
A vencer até 30 dias	13.705	12.965
A vencer até 60 dias	2.022	1.554
A vencer até 90 dias	679	486
A vencer a mais de 90 dias	475	268
Total de a vencer	<u>16.881</u>	<u>15.273</u>

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Vencidos até 30 dias	<u>188</u>	<u>186</u>
Total de vencidos	<u><u>188</u></u>	<u><u>186</u></u>

O prazo médio de recebimento das contas a receber, representado substancialmente por operadoras de cartões de crédito é de 30 dias em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia possui normas para o monitoramento de créditos e duplicatas vencidas, sendo o saldo exposto ao risco advindo da possibilidade de não recebimento dos valores decorrentes de operações de venda de ingressos para operadoras de turismo.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Com base nos requerimentos do CPC 48, a Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia na experiência histórica de perdas de crédito dos montantes vencidos, ajustada a fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. Após a avaliação histórica para estimar a perda futura, a administração da Companhia concluiu não ser necessário a constituição de provisão para perdas de créditos esperadas. Por esse motivo, a administração da Companhia entende que as contas a receber estão registradas pelos valores que representam a melhor expectativa de sua liquidação.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplência quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 180 dias e não há nenhuma negociação acordada entre as partes. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas ou externas indicam ser improvável o recebimento integral dos valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Em 31 de dezembro de 2024, não foi identificada pela administração necessidade de constituição de provisão para perdas de créditos esperadas.

Conforme o Instrumento Particular de Escritura da 2º (SEGUNDA) Emissão de Debêntures Simples, estão cedidos fiduciariamente todos e quaisquer direitos de crédito, receitas, recebíveis, recursos, indenizações, compensações e/ou quaisquer outros direitos ou valores, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes do Contrato de Concessão, bem como todos os direitos de crédito da Companhia sobre valores a serem depositados.

6. Estoques

	31/12/2024	31/12/2023
Souvenires	2.669	3.191
Gastronomia	757	551
Uso e Consumo	468	-
	<u>3.894</u>	<u>3.742</u>

Os saldos de souvenirs e Gastronomia referem-se a produtos destinados à exploração comercial em pontos de visitação. Valores apresentados encontram-se líquidos de provisão de perda.

A Companhia não possui estoques dados em garantia.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

7. Adiantamento a terceiros

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Adiantamento a terceiros	60.201	37
	<u>60.201</u>	<u>37</u>

Conforme contrato preliminar celebrado na data de 16 de julho de 2024, com valor total de R\$ 631.074 referente às Obras Civas de Remodelação das áreas de visitação do PNI, a Companhia adiantou para o Consórcio Construcap-Tucumann um montante de R\$ 60.000 para o início das obras.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

8. Intangível

Custo	Direito de concessão	Juros Capitalizados	Software	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Instalações e Projetos Técnicos	Obra	Computadores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	383.564	22.065	2.403	3.106	885	980	-	574	413.577
Adições (**)	-	-	-	914	95	1.174	9.415	234	11.832
Baixas	-	-	-	(13)	(4)	-	-	(12)	(29)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	383.564	22.065	2.403	4.007	976	2.154	9.415	796	425.380
Amortização									
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(13.810)	(794)	(435)	(132)	(30)	(21)	-	(39)	(15.261)
Amortizações	(531)(*)	(3)(*)	(393)	(408)	(94)	(109)	-	(137)	(1.675)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(14.341)	(797)	(828)	(540)	(124)	(130)	-	(176)	(16.936)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	369.754	21.271	1.968	2.974	855	959	-	535	398.316
Saldo em 31 de dezembro de 2024	369.223	21.268	1.575	3.467	852	2.024	9.415	620	408.444

(*) A companhia para melhorar a análise de amortização do contrato de concessão informa que mudou a política de análise desse ativo em janeiro de 2024 para o método por demanda. Nessa mudança, foi identificado que o valor de R\$ 6.793 precisou ser revertido para adequação da análise, além disso o valor da amortização do ano foi de R\$ 7.327; e

(**) Os valores de adição do 4º trimestre de 2024 no valor de R\$ 9.077 referem-se: R\$ 78 de equipamentos para os ônibus, R\$ 606 para peças de instalações nas trilhas e acessos ao parque, R\$ 271 em itens para a operação do parque e R\$ 8.122 em custos diretos da obra.

Os valores registrados em concessão referem-se a direitos de exploração de infraestrutura e faz parte da concessão, cujos serviços operados pela Companhia são regulados pela concedente (setor público). Este valor compreende o custo de aquisição da outorga inicial bem como as contratações incluídas no processo de licitação.

A Companhia tem acesso para operar a infraestrutura da concessão para a prestação dos serviços públicos em nome da concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

Nesse contexto, a Companhia recebeu um ativo intangível - um direito de cobrar pelo uso do ativo do setor público que construir ou aperfeiçoar e em seguida operar e manter por um período específico de 30 anos.

9. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores no valor de R\$ 6.131 (R\$ 5.293 em 2023), sendo 80% deste valor referente a fornecedores de serviços e produtos decorrentes da operação usual, 10% referente a fornecedores de materiais/serviços correspondentes à obra e 10% referente a expectativa de comissionamento de guias. O fluxo de pagamento estimado é de 96% deste valor em 60 dias e 4% nos meses consecutivos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de Reais)

10. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	2023	Adições / Aquisições (+)	Pagamento de principal (-)	Pagamento de juros (-)	Juros apropriados (+)	2024
Debentures não-conversíveis	374.811	580.000	(350.000)	(50.470)	62.051	616.392
(-) Custos de captação	(1.046)	(33.738)	-	-	2.371	(32.413)
	<u>373.765</u>	<u>546.262</u>	<u>(350.000)</u>	<u>(50.470)</u>	<u>64.422</u>	<u>583.979</u>
Circulante	373.765					23.884
Não circulante	-					<u>560.095</u>
						<u>583.979</u>

Modalidade	2022	Pagamento de principal (-)	Pagamento de juros (-)	Juros apropriados (+)	2023
Debentures não-conversíveis	376.599	-	(59.140)	57.352	374.811
(-) Custos de captação	(2.832)	-	-	1.786	(1.046)
	<u>373.767</u>	<u>-</u>	<u>(59.140)</u>	<u>59.138</u>	<u>373.765</u>
Circulante	24.813				373.765
Não circulante	348.954				<u>-</u>
					<u>373.765</u>

Em dezembro de 2024 o saldo referente ao leasing de notebooks e monitores é de R\$ 59, sendo R\$ 28 no circulante e R\$ 31 não circulante.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de Reais)

a) Informações sobre as debêntures

- Em 15 de junho de 2024 a Companhia procedeu com a 2ª emissão de debêntures não-conversíveis, no valor de R\$ 580.000, com recebimento líquido dos recursos ainda em junho de 2024. O Valor Nominal Unitário será atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 8,4021% ao ano base 252 dias úteis. O pagamento das debêntures será efetuado semestralmente, sendo a primeira parcela devida em 15 de dezembro de 2025. Com as garantias a seguir: (1) Fiança cedida pela Cataratas do Iguaçu S.A. e Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A., proporcional às participações das acionistas; (2) Alienação fiduciária da totalidade das ações emitidas pela Companhia; (3) Cessão fiduciária dos recebíveis associados ao contrato de concessão;
- A Administração acompanha os requerimentos mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2024. A Companhia apresenta em seu contrato de debêntures a obrigação do atingimento de metas de Dívida Líquida/EBITDA com base nas demonstrações financeiras auditadas, sendo devido a verificação partir do exercício social de 2025.

	31/12/2024
Dívida	584.038
Caixa Final	282.485
Dívida Líquida	301.553
Ebitda LTM	109.203
Dívida Líquida / Ebitda	<u>2,76</u>

11. Tributos a recolher

	31/12/2024	31/12/2023
ICMS	628	431
IRRF a recolher	657	812
PIS e COFINS a recolher - retidos	81	37
PIS a Recolher	170	-
COFINS a Recolher	785	-
IRPJ a Recolher	4.368	-
CSLL a Recolher	2.112	-
ISSQN a recolher	1.059	724
	<u>9.860</u>	<u>2.004</u>
PIS e COFINS - PERSE	-	7.533
IRPJ e CSLL - PERSE	-	8.527
	-	<u>16.060</u>
	<u>9.860</u>	<u>18.064</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

12. Obrigações sociais a recolher

	31/12/2024	31/12/2023
Salários e bonificações a pagar	3.176	1.986
INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) a pagar	977	710
FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) a pagar	235	158
Provisão para férias e 13º	2.707	2.025
Outras obrigações trabalhistas	21	38
	<u>7.116</u>	<u>4.917</u>

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social integralizado é de R\$61.978 e está dividido em 61.978.000 (sessenta e um milhões, novecentos e setenta e oito mil) ações ordinárias, com aumento pré-aprovado até o limite de R\$78.955 sem aumento da quantidade de ações, o valor médio unitário atual é de R\$1,00 (um real) cada.

Em 08 de julho de 2022 foi aprovado através da ata de reunião do conselho de administração a integralização do capital social no montante de R\$39.378, cujo pagamento efetivo em dinheiro ocorreu no dia 13 de julho de 2022.

Em 27 de junho de 2024 foi realizado o aumento do capital social no montante de R\$ 22.500, cujo depósito foi realizado em conta corrente.

	31 de dezembro de 2024			
	Quantidade de ações Ordinárias	Preferenciais	Capital Social (R\$)	% de Participação
Acionistas				
Cataratas do Iguaçu S.A.	30.989	-	30.989	50,00%
Construcap CCPS				
Engenharia e Comércio S.A,	30.989	-	30.989	50,00%
Total	<u>61.978</u>	<u>-</u>	<u>61.978</u>	<u>100,00%</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em dezembro de 2024 está constituído o montante de R\$2.848, sendo R\$1.952 de 2024, R\$741 de 2023 e R\$155 de 2022.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de Reais)

c) Distribuição de dividendos

Conforme previsto em estatuto social, após a constituição da reserva legal, o lucro remanescente, ajustado pela constituição de reservas de contingências e respectiva reversão, se for o caso, será distribuído na seguinte ordem: (a) 30% será destinado ao pagamento de dividendo obrigatório; e, (b) até 70% poderá ser retido com base em orçamento de capital e/ou destinados à constituição de reserva de investimento para assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia.

Em 31 de março de 2024 foi utilizado o lucro acumulado para compensação do valor de R\$ 2.982 à título de "dividendos antecipados" no ativo circulante.

Em junho de 2024 foi feito um pagamento a título de Juros sobre Capital Próprio no valor de R\$ 2.353 e revertido para o grupo do Patrimônio Líquido.

14. Adiantamento de clientes

	31/12/2024	31/12/2023
Outros	1.519	801
Adiantamento - C PB Administradora do Estacionamento LTD	41.250	43.050
	<u>42.769</u>	<u>43.851</u>
Circulante	3.319	2.601
Não circulante	39.450	41.250

A Companhia realizou um contrato juntamente da PB Administradora de estacionamento LTDA no dia 29 de novembro de 2022 referente a cessão do uso do estacionamento, cuja, finalidade refere-se à exploração econômica das atividades relacionadas à guarda e operação de estacionamento de veículos, serviços de Valet na área de estacionamento e oferecimento de serviços e manutenção. A Companhia recebeu um montante de R\$ 45.000 de forma adiantada e efetua o reconhecimento *pró-rata* na receita de acordo com o prazo do contrato. O prazo de vigência do contrato é de 300 meses (25 anos), iniciando-se na "Data de Início da operação" em 01 de dezembro de 2022.

15. Outras contas a pagar

No contrato de concessão há a obrigação de parte da receita ser revertido ao apoio às ações de educação, comunicação e interpretação ambiental: projetos de educação socioambiental, podendo envolver públicos da educação formal e não formal, bem como do desenvolvimento e implementação do programa de interpretação ambiental do PNI, para tanto provisionamos para tais ações R\$ 27.116 (R\$ 15.397 em 2024), vide nota explicativa 18. A destinação deste valor apenas é possível após aprovação do ICMBio e a partir de décimo terceiro mês do contrato de concessão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de Reais)

	% Aplicado	Urbia Cataratas		
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Receita Bruta		256.899	211.795	18.025
(-) Dev Vendas		(286)	(52)	-
Base Outorga		256.613	211.743	18.025
Outorga Federal	6%	15.397	12.705	1.082
Total de outorga recolhida		(2.068)	-	-
Visitação		1.893	1.833	160

16. Partes relacionadas

Abaixo temos um quadro da composição das partes relacionadas e seus impactos:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Cataratas do Iguaçu S. A.	Construcap - CCPS Engenharia e Comércio S. A.	Urbia Cataratas Jericoacoara SA	Cataratas do Iguaçu S. A.	Construcap - CCPS Engenharia e Comércio S. A.	Urbia Cataratas Jericoacoara SA
Ativo (a)						
Clientes a receber	-	-	1.059	-	-	-
Adiantamento de Dividendos				1.491	1.491	-
Passivo (b)						
Fornecedores a pagar	-	-	-	400	-	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-
Resultado (c)						
Despesa	3.000	3.000	(1.057)	2.400	2.400	-

- (a) Ativo: Corresponde ao repasse dos valores referentes a Folha de Pagamento de 2024 e pagamentos de taxas realizados pela Urbia Cataratas, devido a estruturação da parte administrativa/ financeira da Urbia Cataratas Jericoacoara SA;
- (b) Passiva - Fornecedores: Em 2023 a Companhia possui valores correspondente aos repasses para as acionistas. O valor é referente ressarcimento das horas do BackOffice envolvido no processo de implantação do sistema da Companhia.
- (c) Resultado: Valor se refere aos repasses de gastos de pessoal.

17. Receita Líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta de vendas	-	43.266
Bilheteria	152.626	128.621
Revenda de mercadorias	82.656	70.718
Serviços adicionais	16.787	10.418
Serviços terceirizados	5.471	2.576
Patrocínio	670	116
Impostos, contribuições e deduções sobre vendas	(24.769)	(19.853)
Receita Líquida	233.441	192.596

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de Reais)

18. Custos e despesas por natureza

	31/12/2024	31/12/2023
Gastos com pessoal	(49.011)	(37.384)
Produtos, materiais e utilidades	(31.979)	(30.161)
Amortização(**)	(1.675)	(14.124)
Macrotema (*)	(15.397)	(12.705)
Serviços contratados	(25.436)	(20.398)
Outros impostos e taxas	(44)	(26)
Viagens e estadias	(535)	(711)
Doações	(582)	(56)
Outros gastos	(298)	(32)
	<u>(124.957)</u>	<u>(115.597)</u>
Custo das vendas	(94.674)	(96.542)
Despesas gerais e administrativas	(30.283)	(19.055)
	<u>(124.957)</u>	<u>(115.597)</u>

(*) Valor relativo a 6% de sua receita operacional bruta, destinado ao poder concedente (ICMBIO) para custear ações de apoio às ações de educação, comunicação e interpretação ambiental: projetos de educação socioambiental, podendo envolver públicos da educação formal e não formal, bem como do desenvolvimento e implementação do programa de interpretação ambiental do PNI, atrelados ao plano de manejo e ao plano de uso público do PNI.

(**) Impacto da mudança do cálculo da amortização do contrato de concessão conforme explicado na NE 8.

19. Resultado financeiro, líquido

	31/12/2024	30/09/2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	16.311	8.426
Atualização Monetária	24	
Descontos Obtidos	32	
Outras receitas financeiras	175	63
	<u>16.542</u>	<u>8.489</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(188)	(197)
Imposto sobre operação financeira	(168)	(33)
Juros sobre as debêntures	(64.429)	(59.138)
Atualização monetária de impostos	910	(949)
Outras despesas financeiras	(234)	(181)
	<u>(64.109)</u>	<u>(60.498)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(47.567)</u>	<u>(52.009)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de Reais)

20. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes dos tributos	60.917	24.990
Alíquota nominal - %	34%	34%
Impostos nominais	20.712	8.497
Efeitos tributários sobre as adições e exclusões permanentes		
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de IR e CS diferido ativo	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-
Outras adições e exclusões permanentes	1.677	(670)
Total	<u>22.389</u>	<u>7.827</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido	257	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	(22.127)	(7.827)
Alíquota efetiva	<u>35.90%</u>	<u>31.32%</u>

21. Contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo aspectos essencialmente cíveis e trabalhistas. Existem processos judiciais de natureza cíveis e trabalhistas em que as probabilidades de perdas são consideradas "possíveis" pelos seus assessores legais e, portanto, não foram registradas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em 2024, no montante de R\$ 877

	31/12/2024
Processos Possíveis	
Cível	100
Trabalhista	777
	<u>877</u>

22. Instrumentos financeiros

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo de forma que seja possível acessar diariamente;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de Reais)

- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de preço baseado em dados não observáveis de mercado.

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, em 30 de setembro de 2024:

	Nível	Valor Contábil		Valor Justo	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos					
Mensuradas ao valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa	2	282.485	77.016	282.485	77.016
Mensurado ao custo amortizado					
Adiantamento a terceiros	2	60.201	37	60.201	37
Contas a receber de clientes	2	17.069	15.459	17.069	15.459
Partes Relacionadas	2	1.059	-	1.059	-
Adiantamento de dividendos	2	-	2.982	-	2.982
Despesas antecipadas outros	2	269	299	269	299
		<u>361.083</u>	<u>95.793</u>	<u>361.083</u>	<u>95.793</u>
Passivos					
Mensuradas ao custo amortizado					
Debêntures	2	584.038	373.765	616.451	374.811
Fornecedores	2	6.131	5.293	6.131	5.293
Adiantamento de clientes	2	42.769	43.851	42.769	43.851
		<u>632.938</u>	<u>422.909</u>	<u>665.351</u>	<u>423.955</u>

A Administração da Companhia entende que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos seus valores contábeis não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

23. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, cujas vigências encerram em 01/12/2025.

Os valores de cobertura de suas apólices vigentes em 31 de dezembro de 2024 são como segue:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de Reais)

Bens segurados	Cobertura	Montante da cobertura
Infraestrutura e imobilizados	Incêndio, raio, explosão, implosão, queda de aeronave, entre outros	80.000
Responsabilidade civil	Reclamações de terceiros	7.000
Responsabilidade civil	Diretores e Administradores, Ambiental	10.000
Seguro Garantia	Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços	65.549

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dadas a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, dessa forma, não foram revisadas pelos auditores independentes.

24. Gestão de capital

Um dos principais índices para monitorar a estrutura de capital é o índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total das debêntures (incluindo circulante e não circulante, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Dando sequência a estratégia original da companhia e o processo de adequação do perfil e volume de endividamento, conforme demonstrado na nota explicativa 1. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	31/12/2024	31/12/2023
Total das Empréstimos e Financiamentos (Nota 10)	584.038	373.765
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(282.485)	(77.016)
Dívida Líquida (a)	301.553	296.749
Total do patrimônio líquido (b)	96.586	40.373
Total do capital (a) + (b)	398.139	337.122
Índice de endividamento líquido - %	75,74%	88,02%